

## INTRODUÇÃO

*“O espaço é a reunião das formas mais a vida que as anima”*

(SANTOS, 2000:86)

Neste trabalho, propõe-se a realização de uma análise e avaliação do modo como a forma pode influenciar a apropriação do espaço público, enquanto construção identitária do indivíduo através do lugar. Considera-se, neste sentido, a apropriação e a constituição da territorialidade a partir de estratégias e políticas de intervenção no espaço público, que se expressam como permanências e resistências insurgentes no novo âmbito de fazer cidade, mais especificamente na cidade de Barcelona, desde a década de 80, período que segue a ditadura franquista. Contudo, não se trata apenas da produção de imagens, mas da redefinição do espaço urbano em função das exigências do novo padrão da acumulação de capital. Como refere Harvey (1989:92): “Reforçar a imagem da cidade através da organização de espaços urbanos espectaculares tornou-se um meio de atrair capital e pessoas (do tipo certo) num período (desde 1973) de competição interurbana intensificada e de empresariamento urbano”. Os atributos espaciais, exigidos para as cidades que pretendem participar do mercado mundial das cidades globais, exigem investimentos de importância e, nesse contexto, como bem destacou Carlos Vainer (2002), o Estado é convocado a participar na produção da cidade – mercadoria que, como apregoam os catalães, deve ser gerida como uma empresa.

A reprodução do espaço na cidade de Barcelona, não sucede sem que novas possibilidades de interesses económicos se efectivem. Ao mesmo tempo, isso, como sabemos, não acontece sem contradições. A reprodução do espaço nesses termos, com a abertura de espaços mais ou menos espectaculares, com a constituição de contextos institucionais que amplificam a actuação dos capitais do sector imobiliário em diversos lugares, com a ampliação do sistema viário... enfim, toda essa “actualização da metrópole”, atinge as diferentes práticas espaciais. De diferentes modos, pessoas, grupos e famílias, são alcançados por uma relação de alienação e estranhamento frente à metrópole que se reconfigura a cada momento. Face a esta configuração da cidade, importa discutir como se vive hoje o espaço público na sociedade contemporânea.

O espaço público é o espaço simbólico da reprodução de diferentes ideias de cultura, da inter-subjectividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e quotidianos, mas é também mercadoria para o consumo de poucos, dentro da lógica de produção e reprodução do sistema capitalista na escala mundial (SERPA, 2004:23). Assim, pode-se afirmar que o espaço público é o “lugar” por excelência do consumo, que na sua dinâmica social e cultural gera espaços de identidades. Necessariamente que as

diferentes formas de consumo<sup>1</sup> espacial geram diferentes identidades que se reproduzem no espaço através da sua apropriação. As dinâmicas criadas pela formalização estrutural dos espaços públicos, constituídas pelos princípios de acumulação capitalista, podem ser determinantes nas formas de consumo dos mesmos. Um exemplo prende-se com o surgimento de múltiplos espaços comerciais que segregam os indivíduos a um espaço colectivo encerrado em si mesmo e que individualiza as relações sociais, surgindo como uma recreação artificial do espaço público<sup>2</sup>. Verdú admite que a diminuição dos espaços públicos ou a sua reprodução artificial em centros comerciais é algo com uma expressão muito acentuada na actualidade. Assim, o encontro e o estabelecimento da cidadania são produzidos através da compra e o recreio controlado pelos negócios (VERDU in PALLADINO, 2004). O espectáculo do consumo acentua-se no espaço público, pois este é o lugar por excelência onde se exerce a cidadania, onde esta se faz visível, como, por exemplo, através de uma manifestação. A cidadania se organiza no mercado, onde esta se exerce através do poder de consumo, pois alguns compram e outros simplesmente admiram (PALLADINO, 2004).

Numa altura em que o espaço público parece estar em crise, pelo menos ao nível do exercício, da cidadania, é no mínimo estranho que uma boa parte das suas funções se celebrem cada vez mais nos espaços comerciais. Segundo Cachinho (2007:60):

“Vários factores tem contribuído para este progressivo empobrecimento funcional do espaço público suburbano e a sua conseqüente marginalização pelo cidadão, na sua vida quotidiana. Alguns factores, como a progressiva interiorização das funções, a orientação do planeamento para o cidadão motorizado ou o crescimento da agorafobia<sup>3</sup>, inscrevem-se numa lógica de funcionamento global da sociedade urbana ocidental, outros, porém, como o modelo de suburbanização e a promoção do espaço público reflectem abordagens particulares do problema, seja por parte da população, seja por parte dos especialistas do ordenamento do território”.

A sociedade em que vivemos é mais individualista e encontra outras formas de sociabilizar. Apesar de hoje as pessoas conhecerem mais gente, fazem-no de forma isolada, através das relações virtuais, que lhes conferem um carácter de segurança. Este fenómeno foi denominado por *Compulsão da proximidade*.<sup>4</sup>

Será então que essa segurança se prende com a forma estrutural composta<sup>5</sup> da esfera envolvente? Mas quem constrói a forma? Quem constrói os espaços? Quem é o responsável pela sua configuração espacial? Quem tem o poder de decisão sobre a sua produção? Consideramos que a resposta a tais interrogações está nos actores institucionais que “controlam” a forma do espaço e que necessariamente induzem a sua apropriação. Isto requer

---

<sup>1</sup> Podemos considerar o consumo simbólico e consumo material.

<sup>2</sup> PALLADINO, Juan Pablo. (2004). *Crisis del espacio público y privatización de la vida*. Revista Teina -Revista electrónica de cultura y sociedad-La ciudad. Abril-Mayo-Junio. N.4. <http://www.revistateina.com/teina/web/Teina4/dossierespaciopublico.htm#9#9>.

<sup>3</sup> Segundo Jordi Borja (1998), a agorafobia é uma doença produzida pela degradação ou o desaparecimento de lugares públicos integradores e protectores abertos a todos. É uma doença da classe daqueles que parecem excluídos e que vivem a cidade como uma oportunidade de sobrevivência. Contudo, muitas vezes são as principais vítimas, pois não podem vivenciar do espaço público. Segundo este autor, este processo acontece porque aquelas infra-estruturas de comunicação não criam centralidades nem lugares fortes, antes segmentam ou fracturam o território e enfraquecem as relações sociais”.

<sup>4</sup> Denominação de Dirdre Boden y Harvey Molotch. Estes autores referem que este fenómeno se caracteriza pela necessidade do encontro pessoal com outros; um tipo de comunicação onde o nível de informação sensitiva é mais forte que em qualquer tipo de comunicação.

<sup>5</sup> Nesta dimensão, entende-se a base material e imaterial que compõe o espaço. Desde os materiais, à sua estrutura compositiva, à sua ambiência cognitiva.

uma atenção especial. Se de facto enfrentamos uma crise de espaço público, o poder público e o poder privado têm seguramente uma incidência fortíssima na condução das demandas do espaço. Como refere Harvey (1996), as novas formas empresariais urbanas caracterizam-se, principalmente, pelas parcerias público-privado, tendo como objectivo político e económico imediato muito mais o investimento e o crescimento económico através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos do que a melhoria das condições em âmbito específico. Ou seja, neste contexto, pode-se concluir que o êxito do planeamento se prende, sobretudo, com as decisões políticas e que o desenho urbano apenas pode ajudar.

Contudo, aquilo a que hoje assistimos é uma total alienação do poder político, sobretudo ao nível da administração local, na reprodução de espaços que não vão de encontro às aspirações das comunidades locais. Os processos de renovação urbana, que assumem o espaço público como mote da transformação urbanística, constituem uma estratégia de fixação de capital em determinadas áreas, aumentando desta forma as disparidades urbanas e sociais da cidade. Constituem intervenções desfasadas, com o objectivo de transformar determinadas áreas em espaços imaginários e espectaculares, alienados do contexto territorial em que se inserem. Muitas vezes estes espaços não apresentam características vivenciais, mas somente visuais e vislumbrantes. À parte de uma política de intervenção adaptada e eficaz, a incompetência dos técnicos e a falta de uma visão global, determina espaços de grande vulnerabilidade, tanto ao nível social como urbano e até mesmo estético.

Assim, temos como objectivo geral do presente trabalho, analisar a influência da forma na apropriação do espaço público, sendo esta gerada pelas dinâmicas de consumo instituído através de simbologias, pelas quais se identificam os indivíduos e se geram lugares de identificação individual e colectiva.

Todavia, para estudar a forma, temos que entender a mesma, como uma produção de políticas de intervenção geradas pela intersecção dos poderes público e privado, que determinam espaços, estabelecendo os processos de sociabilização e identificação. Assim, torna-se necessário saber de que modo se pode desenvolver uma metodologia de avaliação do espaço público face à sua demarcação territorial e social, tendo em conta os desafios que as sociedades complexas enfrentam face à crescente diferenciação e multiplicação de identidades. Será que existe uma (re)produção do espaço face à pluralidade de identidades, ou esta se esgota na simples exploração mercantil dessa mesma diversidade, (re)produzindo os desejos do mercado? Nesse processo de apropriação social do espaço emergem novas centralidades e novas vocações espaciais e territoriais, das quais emergem duas visões antagónicas: os actores institucionais versus os cidadãos. Assim, como se reflecte essa dualidade na produção da forma do espaço?

Partindo das questões anteriormente formuladas, o presente trabalho tem como objectivo específico compreender o significado e o modo de produção do espaço público na cidade contemporânea, usando para o efeito o modelo Barcelona. Pretende-se também contribuir para a discussão do modo como as mudanças estruturais das cidades modernas, que passaram de economias industrializadas a economias terciarizadas, viram seus enclaves

escalares perderem suas forças motrizes de acumulação e tentaram encontrar novas formas de reprodução através de novas intervenções a novas escalas de abordagem no e pelo espaço público. A este nível importa reflectir sobre como este novo modo de “fazer” espaço conduziu a sua *forma*, direccionou a identidade do *lugar* e estruturou a sua *apropriação*. Analisaremos a forma espacial, tal como refere Harvey (1985), não como um objecto inanimado dentro do qual se desprendem os processos sociais, mas sim como coisas que contêm processos sociais do mesmo modo em que os processos sociais são espaciais.

O espaço público é o espaço de vida do ser humano, o espaço onde se vive em sociedade, que necessariamente é um produto social. O objectivo pessoal e científico do presente estudo, prende-se com uma formação de base em arquitectura paisagista, cujo princípio, segundo uma concepção artística é ordenar o espaço exterior ao ser humano. Mas como se pode ordenar o espaço exterior ao ser humano se não considerarmos que este é um produto da sua vivência e que reproduz a sua imagem?

Deste modo, o interesse em estudar o espaço público no âmbito da ciência geográfica, vai no sentido de permitir observar o espaço não como um plano horizontal, composto por figuras geométricas e delimitado por linhas fechadas que definem uma estrutura isolada, mas como um lugar que tem uma construção intrínseca, com significados e uma estrutura própria, valorizada por a sua inserção social. A importância da subjectividade nos estudos urbanos é primordial para que possamos entender, analisar, reflectir, perceber e tentar propor soluções para os diversos problemas que afligem a sociedade na sua relação com o espaço vivido. Para isso, faz-se necessário ver o espaço não como local, e sim como lugar onde as pessoas se identificam.

Os contributos de Gomes (2002), em estudos recentes, visam a integração das dinâmicas e práticas sociais com a configuração física para a compreensão do espaço público numa perspectiva geográfica. Neste campo, o espaço público visto como um conjunto indissociável das formas com as práticas sociais, faz parte do olhar geográfico, estabelecendo-se uma relação directa entre a condição de cidadania e o espaço público, ou seja, com a sua forma, seus usos e vivência efectiva. Richard Neutra, no seu livro *Vida e Forma* (autobiografia do autor), escreveu acerca da arte de desenhar e a sua importância para o futuro da arquitectura e dos espaços públicos, pelo conhecimento do ser humano (NEUTRA, 1962:24):

“En el futuro, tal como, según creo, sucedió en el pasado, la arquitectura dependerá de un conocimiento más profundo de la naturaleza y, en especial, de la naturaleza del hombre, por más invadida que se hable debido a las artificialidades que él mismo se ha creado. Debemos amarlo y conocerlo si queremos ponernos a su servicio”.

Actualmente, aquilo a que se assiste são intervenções no espaço público que ostentam o espectáculo e a soberania estética, contudo são espaços desajustados da realidade social e isso tem afectado a vivência dos mesmos. À parte do conceito onde assenta o projecto, os espaços públicos surgem como ilhas dentro da malha urbana. Contudo, não se pode só considerar que este seja um problema técnico, mas também das políticas urbanas existentes, que podem não ser as mais adequadas. Necessariamente, isto também gera novos desafios.

Assim, este estudo pretende reflectir sobre a importância do conhecimento do espaço público como espaço social no direccionamento da sua forma, e que o valor do belo, não está

na ostentação do espectáculo artístico isolado, antes acontece quando as pessoas se apropriam e vivem as suas formas.

Em termos metodológicos, as questões de pesquisa apresentadas neste projecto baseiam-se na constatação da importância de um planeamento estratégico direccional que vise o momento, a organização social e o lugar específico no âmbito do recorte proposto. Isto na medida em que este se encontra no cerne das representações sociais, políticas, culturais e económicas da cidade, no contexto da modernização do país e da construção da cidade contemporânea. Tal afirmação pode ser constatada de sobremaneira no discurso de alguns geógrafos e arquitectos que têm trabalhado a construção da imagem da cidade de Barcelona (BOHIGAS, 1986; BOTELHO, 2004; BALIBREA, 2003; CAPEL, 2005a).

O quadro conceptual no qual se propõe estruturar a pesquisa e discutir o objecto de estudo transita no âmbito da ciência geográfica, na medida em que o entendimento das representações sobre o espaço urbano, a organização espacial, a construção do espaço público como cerne das questões fundamentadoras das políticas de intervenção, de acumulação e construção da imagem da cidade, não se pode furtar à discussão e análise dos conceitos de espaço público, organização espacial, planeamento urbano, acumulação do capitalismo, enclaves escalares e marketing urbano. Um universo muito amplo, que envolve posturas diversas, campo de constantes confrontos entre os próprios geógrafos, mas responsável pela notável evolução da geografia desde a antiguidade até os dias de hoje. Sobretudo se considerarmos que algumas perspectivas vêem a geografia como a ciência que procura explicar as distribuições espaciais e as inter-relações dos diferentes componentes que se ajustam no espaço. A estrutura espacio-temporal assume uma importância significativa nos estudos urbanos e, necessariamente, a forma como se organiza o espaço face aos diferentes agentes, pois como refere Milton Santos (2000:16):

“[...] o espaço está em evolução permanente. Tal evolução resulta da acção de factores externos e internos. Uma nova estrada, a chegada de novos capitais ou a imposição de novas regras (preço, moeda imposta, etc), levam a mudanças espaciais, do mesmo modo que a evolução “normal” das próprias estruturas, isto é, sua evolução interna, conduz igualmente a uma evolução”

A análise do conceito do espaço público e das dimensões que se vão analisar: forma, apropriação e lugar, constituem a base de equação da problemática levantada. Porquê a sua importância? Num primeiro momento, que corresponde à mediatização do lugar, a forma tem uma expressão física que é pensada em deferimento de diversos factores ou então é algo que já existe, que está estabelecida, mas que caracteriza o espaço num dado momento. As formas urbanas caracterizam-se “[...] pela mistura de morfologias em espaços que contêm tempos e usos diversos” (BORJA, 2003a:72), que lhes confere tramites diversos no espaço e necessariamente os identifica. Contudo, as formas não têm uma deliberação própria, antes são determinadas por factores externos, o que muitas vezes não vai ao encontro das aspirações dos seus usuários, não permitindo uma apropriação do espaço e conseqüentemente, a não constituição de um lugar. Consideramos que as dimensões em análise não se podem interpretar isoladamente mas sim, em concordância.

Na questão prática que levanta o problema é importante entendermos a importância que o espaço público tem nestas dimensões para que possamos delinear estratégias de intervenção e condutas de planeamento congruentes com a complexidade do tema. No entanto, consideramos aqui o espaço à semelhança de Milton Santos (1986) como factor de evolução social. Compreender o espaço público como lugar, em que a forma influencia a sua apropriação, é de extrema importância para que possamos analisar o modo como se tem conduzido a intervenção no mesmo. E também, se hoje enfrentamos de facto uma crise dos espaços públicos, para podermos ver a sua precedência e ter uma base forte de apoio que nos permita dizer o que está mal e para onde se deve direccionar a posição do sector público e privado na demanda dos mesmos. Os espaços públicos não podem ser vistos como locais de espectáculo da cidade, mas sim como espaços de vivência e de identidade que permitem às populações locais se encontrarem e viverem a sua cidade. Quando escolhemos o caso de Barcelona, foi para tentar entender, como a política de espaço público, dentro do chamado “Modelo Barcelona”, pela projecção que teve a nível internacional, conduziu a intervenção nos mesmos e como foram consideradas ou não as dimensões do espaço em análise, forma, lugar e apropriação. A escolha dos dois espaços públicos em análise prendeu-se simultaneamente com a sua inserção no chamado Modelo, a sua localização e os contrastes que apresentam entre si.

É intrínseca ao tema proposto, a discussão e a análise do novo urbanismo, como o urbanismo do espaço público e da cidade compacta. A evolução do pensamento ocidental no contexto do surgimento de modelos técnicos para a investigação científica em esferas ao mesmo tempo diversas e correlatas. Nesse sentido, estão directamente envolvidos na discussão do objecto, de acordo com o recorte proposto, campos disciplinares latentes – como o higienismo e o urbanismo – cuja evolução decorreu do próprio projecto da modernidade que, ao propiciar o desenvolvimento de métodos de experimentação e análise os alçou à condição científica.

Finalmente, para que se possa empreender a discussão do objecto de estudo à luz da realidade contemporânea torna-se necessário investigar o “estado da arte” do planeamento urbano e as tendências actuais de organização do espaço face aos processos de renovação urbana, que possivelmente levarão a empreender um debate em direcção ao planeamento urbano desejável. No sentido da revisão histórica, será preciso também discutir o objecto de estudo sob o olhar contemporâneo da evolução da construção do seu espaço urbano face as diversos agentes e como ocorreu a implantação do “modelo”.

Como objecto de estudo referencial para tentarmos responder à problemática equacionada, partimos da selecção de dois espaços públicos de tipologia comum. Ambos se inserem numa estratégia de planeamento de intervenção recente, mas em localizações territoriais distintas, o chamado “Modelo Barcelona”. Importa entender as políticas de intervenção nas diferentes áreas, para posteriormente, a partir de uma abordagem empírica, tentar entender as motivações que levam os indivíduos a viver determinado espaço e necessariamente como a forma é ou não determinante para a sua apropriação.

Para a realização deste trabalho foi de extrema importância o trabalho de pesquisa realizado junto do arquivo histórico do distrito de Sants-Montjüic, onde consegui levantar diversos dados sobre o bairro de Sants e a praça dos Países Catalães, especificamente um vasto registo fotográfico de vários anos. Além deste arquivo, a oficina de habitação da Cidade Velha do Ajuntament de Barcelona foi de extrema importância no levantamento de dados e informações sobre o bairro do Raval e o projecto da rambla.

Além desta fonte documental, foi também importante o vasto material bibliográfico (livros, teses e revistas) a que pude ter acesso durante a minha estadia em Barcelona, enquadrada pelo programa ERASMUS; um vasto reconhecimento recolhido sobretudo da biblioteca da Faculdade de Geografia e Historia da Universidade de Barcelona.

De maior relevância à realização do estudo, foi o trabalho de campo realizado, que considerando a tipologia do espaço a estudar, e sendo espaços vivos de grande mutabilidade e sazonalidade social, foi importante vivenciar em primeira mão partindo do princípio da vivência dos mesmos na sociedade e com a sociedade. Como forma de localizar elementos elucidativos, partimos de questionários e entrevistas abertas aos diferentes actores que vivenciam os espaços, em diferentes intervalos de tempo. Partimos de uma amostra de oitenta questionários para cada espaço. Considerando a escala de análise, a amostra necessária seria de aproximadamente duzentos questionários para cada espaço de análise, contudo quando chegamos à amostra recolhida, começamos a obter muitas respostas comuns. Este factor permitiu-nos uniformizar as respostas e estabelecer o limite de oitenta questionários. Foram também realizadas duas entrevistas a actores chave na produção dos espaços e no planeamento urbano de Barcelona. Uma delas foi realizada ao arquitecto Albert Viaplana, responsável pelo projecto da Praça dos Países Catalães e a outra ao arquitecto Josep Martorell, que trabalha em parceria com o arquitecto Oriol Bohigas e tiveram grande repercussão no processo de planeamento dos espaços públicos de Barcelona.

Outro método de investigação a referenciar foi o recurso a registos fotográficos em diversos momentos do dia, e em diferentes dias da semana, podendo assim fazer a comparação das vivências, das identificações e o que gera maior significado em termos de identificação.

Em posse dos dados revelados pelo estudo bibliográfico e documental, faremos um cruzamento com as informações encontradas empiricamente na pesquisa de campo. A partir da obtenção desses elementos, à luz do que eles revelarem, realizaremos uma análise crítica do que representa no contexto da cidade de Barcelona, a sua introdução no contexto das cidades globais e como o espaço público resultou na estratégia de acumulação do capital, provendo e construindo a imagem da cidade. Desta forma procuramos apreender se as estratégias de intervenção vinculadas na forma do espaço influenciaram a apropriação dos mesmos, e assim analisar se existe ou não uma identidade da sociedade com o espaço público, e qual a sua importância para a cidade enquanto espaço social.

O trabalho estrutura-se em quatro capítulos. O capítulo 1: “Conceito, Método, Justificativa e Procedências” analisa o conceito e a evolução do espaço público e as variáveis

escolhidas intrínsecas ao tema: forma, lugar e apropriação e como estas se relacionam com o espaço público. O capítulo 2: “A Problemática da Política Constitucional do Espaço Público” desenha uma narrativa através da história do espaço público, o papel do planeamento urbano e os actores que induzem a forma do espaço. O capítulo 3: “A Cidade de Barcelona: à Procura do Espaço Público” é voltado especificamente para o caso de Barcelona, no qual se analisa a problemática do espaço público na cidade e sua inserção no “modelo Barcelona”. Analisam-se dois espaços públicos em bairros concretos da cidade ao nível da sua evolução e forma. Os espaços caracterizam-se por terem elementos muito distintos. O capítulo 4: “A Influência da Forma na Apropriação do Espaço Público de Barcelona”, comenta o método de análise utilizado e os resultados obtidos com a metodologia aplicada nos espaços públicos em estudo. As “conclusões” mostram e enfatizam a relevância do estudo para compreender a produção da forma do espaço público na cidade contemporânea, como é direccionada a apropriação dos espaços pelo ser humano e como é necessário mudar mentalidades na forma de “fazer” espaço público.